

**O ENSINO DE IFRS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO EM REGIÕES DO SUL E DO  
SUDESTE BRASILEIRO**

*THE TEACHING OF IFRS IN ACCOUNTING AND MANAGEMENT HIGHER  
EDUCATION INSTITUTIONS IN BRAZILIAN SOUTHERN AND SOUTHEAST  
REGIONS*

**Arnaldo Camargo Botazini Júnior**

IFSULDEMINAS Campus Passos

arnaldo.junior@ifsuldeminas.edu.br

<https://orcid.org/0009-0002-7645-9937>

Recebido em: 30/12/2022.

Aprovado em: 01/03/2023.



DOI: 10.18406/2359-1269v10n12023298

## Resumo

A Contabilidade brasileira, a partir das Leis 11.638/07 e 11.941/09, procurou adequar-se às normais internacionais de práticas e elaboração de demonstrações contábeis. Representou, um avanço para as Ciências Contábeis brasileiras, que, integraram-se a um contexto globalizado, como um desafio, dado às profundas modificações trazidas por tais normas e sua disseminação, adaptando profissionais atuantes e adequando os currículos no ensino superior, especificamente no caso das Ciências Contábeis, bem como daquelas áreas que lhes sejam afins, como a Administração. Assim, o presente estudo intenta apresentar a percepção dos discentes sobre a forma de como as normas internacionais estão sendo ensinadas nos cursos de Ciências Contábeis e Administração nas escolas superiores da base territorial em atuam seus autores. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa. Os dados foram coletados tendo como instrumento um questionário contendo doze perguntas fechadas, enviada via ferramenta *google forms* (por virtude da pandemia da Covid-19). A amostra da pesquisa foi composta por 58 entrevistados de 5 instituições de ensino superior diferentes. Após a conclusão da análise dos dados coletados, observa-se que a percepção dos discentes em relação ao conhecimento sobre IFRS ainda é considerado baixa, cabendo medidas que importem em sua maior disseminação.

**Palavras-chave:** IFRS. Educação Superior. Currículo.

## Abstract

Brazilian Accounting, from Laws 11,638/07 and 11,941/09, sought to adapt to international standards of practices and preparation of financial statements. It represented a breakthrough for Brazilian Accounting Sciences, which, integrated into a globalized context, as a challenge, given the profound changes brought about by such norms and their dissemination, adapting working professionals and adapting curricula in higher education, specifically in the case of Accounting Sciences, as well as those areas that are related to them, such as Administration. Thus, this study attempts to present the students' perception of how international standards are being taught in Accounting and Administration courses at higher schools in the territorial base in which their authors work. This research is characterized as descriptive and quantitative. Data were collected using a questionnaire containing twelve closed questions, sent via the google forms tool (due to the Covid-19 pandemic). The research sample consisted of 58 respondents from 5 different higher education institutions. After concluding the analysis of the collected data, it is observed that the students' perception in relation to knowledge about IFRS is still considered low, and measures that matter in its greater dissemination are in order.

**Keywords:** IFRS. College education. Curriculum.

## Introdução

A Contabilidade tem sua origem imprecisa. O que é possível deduzir sobre sua gênese é que esteja presente na História humana desde os primórdios da civilização, quando se fez necessário, ainda que rudimentarmente, um controle do que hoje admitimos como sendo patrimonial.

Esta necessidade seguiu aumentando à medida em que as atividades econômicas e a vida em sociedade iam-se tornando mais complexas. A compreensão do processo histórico que culminou com a padronização das

normas internacionais como expoente desta evolução é o que motiva o presente trabalho.

Com a evolução das sociedades, houve também a evolução da contabilidade (SCHMIDT, 1996 *apud* BUGARIM *et al*, 2014, p. 2), ou seja, como traço de uma ciência social aplicada, evoluiu de acordo com os interesses e as necessidades de informações demandadas pelos seus usuários. Nesse processo, houve uma busca contínua por aperfeiçoamento enquanto um sistema de informações (MAUSS *et al.*, 2007 *apud* BUGARIM *et al*, 2014, p. 2).

Assim, compreender o processo evolutivo da Contabilidade como ferramenta de desenvolvimento humano torna-se imprescindível para o reconhecimento de sua utilidade enquanto ciência, tendo como marco referencial desse processo evolutivo, justamente, a conversão da Contabilidade brasileira às normas internacionais, o que fez com que as práticas locais se alinhassem com o que se verifica em todo o mundo, sobretudo aquele entendido como desenvolvido e industrializado. Essa compreensão do aprimoramento científico culminando com as mais recentes e sofisticadas normas como pertencentes a um processo de desenvolvimento histórico foi motivo de manifestação do ilustre professor Antônio Lopes de Sá (1997, p. 12), em cujas palavras encontramos,

A História da Contabilidade, pois, percorre milênios, participando das diversas modificações sobre o uso da riqueza e dos recursos sobre os meios de registro. O aparecimento das cidades, a estrutura dos Estados, do Poder Religioso, o surgimento da moeda, a concentração de riquezas, a divisão do trabalho, o domínio dos mares, a expansão comercial, a Revolução Industrial, a descoberta do papel, a revolução científica, a informática, todos esses fatores alteraram e continuam alterando a história dessa ciência do patrimônio. [...] Tal história continua sendo construída e seu futuro prossegue célere, cada vez mais evidenciando a utilidade de tal conhecimento (SÁ, 1997, p. 12).

Diversos acontecimentos verificados ao longo da construção da História da civilização são emblemáticos quando o que se pretende é estabelecer um paralelo entre o refino das práticas, sobretudo científicas, impulsionado por uma motivação, normalmente de natureza econômica e social, como muito bem se pode verificar no desenvolvimento da escrita, no domínio da prática da contagem e acumulação, na expansão dos mercados trazida pelas grandes navegações,

pela Revolução Industrial, na quebra da bolsa de valores em 1929 e, no mudo contemporâneo, pós-moderno, na globalização e nos escândalos de natureza financeira econtábil eclodidos em diversas partes do mundo, que fizeram com que se caminhasse para umauniversalização de diversas práticas, dentre elas as contábeis, de modo que esta padronização formasse uma linguagem única que pudesse ser compreendida por sua observância uniforme aoredor de todo o planeta.

Deste modo, o que se pretende aqui apresentar é como esse processo se apresenta, atualmente, no Brasil, com sua incursão neste processo de universalização das práticas contábeis, o que está claramente delineado pela promulgação das duas mais significativas normas legais a regulamentar o assunto, que foram as Leis Federais 11.638/2007 e 11.941/2009,juntamente com os alardeados pronunciamentos do famigerado Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC), que intentam esclarecer a interpretação das normas internacionais e permitir sua apreciação pelos profissionais brasileiros, minimizando as dificuldades de compreensão porinterpretações equivocadas.

Neste tocante, com a adoção destas normas, importa que se faça uma reflexão sobre como sua difusão tem-se dado nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, a fim de se conhecer as dificuldades provindas deste processo de assimilação, especialmente sob a ótica do corpo discente que precisará deixar as universidades formado com segurança quanto a este assunto, que será extremamente necessário para suas vidas profissionais.

Esta percepção é compartilhada por Magro; Mazzioni; Nolli (2018, p. 23) para quem,

Devido ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões da *International Financial Reporting Standard* (IFRS), as instituições de ensino superiore os docentes têm o desafio de ofertar aos estudantes ensinamentos que estejam em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, visto que as mesmas estão alinhadas às IFRS. Portanto, com a convergência das normas de contabilidade, os profissionais de contabilidade precisam de constante atualização em relação às IFRS. Assim, os futuros profissionais, que ainda estão estudando, têm o primeiro contato com as normas por meio

-4

de seus professores, que devem possuir conhecimentos para transmitir um adequado aprendizado conceitual e prático aos alunos (MAGRO; MAZZIONI, NOLLI, 2018, p. 23).

Para que se perceba nossa historicidade, brevemente, em relação ao assunto, temos que o ensino da Contabilidade brasileira, conforme Marion (2009), tem seu início formal após a criação da Escola de Comércio Álvares Penteado, em 1902, local onde foram introduzidos conceitos provenientes da chamada Escola Europeia de Contabilidade, principalmente a italiana e a alemã. Inclusive por questão de reconhecimento deste processo de desenvolvimento histórico do ensino da contabilidade, sempre se faz necessário o merecido destaque da proeminência da escola italiana, berço daquele que é tido como o primeiro autor da fase científica da Contabilidade, o frade franciscano Luca Pacioli, que consagrou o método das partidas dobradas em sua obra intitulada Summa de Arithmetica de 1494.

Por seu turno, prossegue Marion (2009), trouxeram os princípios da Escola Americana de Contabilidade ao Brasil a criação da Faculdade de Economia e Administração da USP em 1946, assim como o estabelecimento de empresas de origem anglo-americana, tendo, segundo o mesmo autor, sua consagração, no início dos anos 1970, quando da publicação da obra Contabilidade introdutória, de autoria dos professores da FEA/USP.

Tal trajetória culminou com a redação daquela que viria a ser, por décadas, a bússola, em termos de instrução procedimental contábil no Brasil que foi a largamente difundida como sendo a Lei das S/A.

O domínio da Escola Contábil Americana iniciado com a Circular 179/72 do Banco Central, tornou-se evidente com o advento da Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, que passa a adotar uma filosofia nitidamente norte-americana. (MARION, 2009, p. 33).

Feitas estas breves considerações históricas, destacadas por sua relevância dentre tantos outros fatos, no que diz respeito à regulamentação da profissão contábil no Brasil, cabe destacar, também, a criação do sistema do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) concomitantemente com os Conselhos

Regionais de Contabilidade (CRC), os quais lançam as diretrizes para o exercício profissional dos contabilistas em todo o território nacional, com vistas ao seu desenvolvimento e aprimoramento técnico.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 9.295, em 27 de maio de 1946, foram sendo criados o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). A partir do dispositivo legal, a profissão ganhou regulamentação própria, instituindo-se o princípio básico de que tudo o que envolve a matéria contábil constitui prerrogativa privativa dos profissionais da contabilidade. [...] Assim, as grandes ações pioneiras na área contábil abriram caminhos prósperos para o fortalecimento da profissão. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016, p. 25)

Com o crescente fenômeno da globalização e consequente inserção brasileira neste contexto, somado a diversos outros fatos como nossos flertes com o liberalismo econômico, sobretudo nos anos iniciais da década de 1990 ou a estabilização de nossa moeda e da economia foram motivos para que a Contabilidade brasileira precisasse se concatenar com as práticas internacionais para que houvesse o estabelecimento de padrões que permitissem o reconhecimento ao redor do mundo das práticas nacionais refletidas nos relatórios das empresas aqui estabelecidas que pudessem receber aportes de investimentos externos ou mesmo investir fora do país, criando, assim, uma cultura contábil que permitisse essa via de mão dupla em termos de linguagem técnica que viabilizasse a compreensão dos fenômenos dos quais a Contabilidade se ocupa em traduzir por meio de seus instrumentos.

Essa adequação, oficialmente, introduzida por meio da promulgação das já citadas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e suas atualizações, representaram a instrumentalização da convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais, conferindo um desafio aos profissionais já atuantes e aos que se encontravam em processo de formação, assim como às Instituições de Ensino Superior (IES) em que a Contabilidade é ensinada no Brasil, por meio do aprimoramento teórico do corpo docente, ajustamento curricular e atualização da literatura.



Em função de todas estas adversidades impostas pela adequação das práticas brasileiras aos padrões internacionais, com vistas ao bom andamento deste processo de convergência é que surge neste momento de transição, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio da Resolução 1.055/05.

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais". (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

Além de tudo anteriormente exposto, adiciona-se um obstáculo conjuntural em que pese à realidade brasileira, pois a questão da convergência às normas internacionais assume especial dramaticidade em função do tamanho de nossas empresas, em quantidade esmagadoramente composta por aquelas consideradas como sendo de micro e pequenos porte, cuja administração pouco ou nada conhecem sobre este assunto, uma vez que, via de regra, optam por terceirizar seus serviços de Contabilidade, contribuindo ainda mais para que os profissionais dessa área de atuação assumam-se protagonistas em lidar com aspectos provenientes desta adequação, aumentando a responsabilidade sobre sua formação.

Assim, nota-se que a implementação das normas internacionais à Contabilidade brasileira tratou-se de um processo evolutivo que levou em consideração aspectos locais, como, por exemplo, pode-se citar o período de transição concedido para sua observância ou a proposição inicial para que se aplicasse às grandes empresas como, inclusive se vê na própria ementa da Lei 11.638/2007, onde se tem que a mesma altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, além de inúmeros atos legais e interpretativos, regulamentando o assunto.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo compreender

como se dá o processo de ensino das normas internacionais de Contabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, em cursos de Ciências Contábeis e de Administração, a partir da perspectiva dos *campi* onde este conteúdo seja tratado nas bases territoriais de seus autores, quetiveram sua base exploratória delimitada em função da pandemia de Covid-19 enfrentada durante sua realização, visando responder à questão que justifica o estudo que é: *as normas internacionais de Contabilidade têm sido objeto de estudo nas Instituições de Ensino Superior brasileiras?*

Como objetivos específicos pretende-se conhecer a relevância com a qual a adequação da Contabilidade brasileira às normas internacionais do IFRS é tratada pela perspectiva do corpo discente nas Instituições de Ensino Superior brasileiras; a forma como se percebe a complexidade de seu teor e a sua compreensão e a adequação curricular necessária para sua inclusão e como possíveis exigências advindas das realidades percebidas no mercado de trabalho em que estejam inseridos os discentes que já acumulem relação material com o assunto.

Dado à grande importância que a adequação das normas internacionais à Contabilidade brasileira, é que se justifica a opção por compreender essa questão dentro das Instituições de Ensino Superior locais, por conta da grande quantidade de cursos e de estudantes em Ciências Contábeis no Brasil, caracterizando sua heterogeneidade, que se afere conforme matériaveiculada no portal do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 28 de Janeiro de 2020, construída com dados recentes obtidos por meio da realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2018, quando se avaliaram 1.101 cursos da área com um total de 52.857 estudantes, foi que houve o interesse pela realização deste estudo, para que se pudesse ter uma representação da realidade verificada nas bases territoriais dos membros que integram este grupo de estudos.

## Referencial Teórico



Neste tópico serão abordados o contexto histórico da Contabilidade, inclusive sua evolução ao cenário atual, aspectos sob a perspectiva nacional da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e seu caráter multidisciplinar, de forma a realizar um referencial teórico que embase a prática a ser realizada na pesquisa em questão.

## **Contabilidade**

Desde os primórdios civilizatórios, em que o homem vivendo em sociedade passou a necessitar exercer controle sobre seus bens, sejam eles rebanhos, plantações ou propriedades, a necessidade de registrar e acompanhar a evolução desses bens surgiu de forma latente e foi evoluindo a medida em que a complexidade dessas relações entre bens e sociedade aumentou, conforme expresso por Iudícibus, Martins e Carvalho (2005).

Percebe-se que a Contabilidade esteve presente na vida das sociedades, das mais variadas formas, desde as mais remotas eras, que remontam, aproximadamente, às civilizações: mesopotâmica, egípcia, fenícia, grega, romana e de todos os povos da Antiguidade, evoluindo continuamente, passando pela fase da Renascença, pela Revolução Industrial, até chegar à Era do Conhecimento e da Informação.

A Contabilidade surge, então, como técnica de mensuração para controle patrimonial a partir das necessidades dos usuários sendo, inicialmente, os proprietários, podendo-se dizer, assim, que em sua origem a contabilidade possuía viés gerencial como foco central. “Na verdade, o desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do Capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 1).

A contabilidade evoluiu, então, a medida em que a sociedade evolui, tendo passado de técnica de mensuração de patrimônio para ciência social. Com seu aspecto multidisciplinar a contabilidade dialoga com outras áreas do conhecimento, como enfatizado por Iudícibus “[...]”



apoiando-se sempre em disciplinas afins dentre as quais o Direito, a Economia, os Métodos Quantitativos e a Ciência da Informação” (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005; p. 8)

O crescimento das empresas demandou, ainda, maiores relações entre elas e outras empresas, como fornecedores, bancos e clientes e o próprio Estado, por exemplo, de modo que todos estes personagens passam a ter interesse sobre as demais entidades com as quais se relacionam, passando assim a ser observada uma assimetria informacional entre os entes interessados pela entidade.

“A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa” (MARION, 2009, p. 28). Dessa forma, com o intuito de reduzir essa assimetria informacional e de ser útil para a tomada de decisão dos mais variados interessados, a contabilidade se ramifica entre gerencial e financeira.

[...] a Contabilidade, que nasceu para finalidade gerencial, mas sob a forma de Contabilidade Financeira, apresenta uma mutação e se transforma, mais tarde, em Contabilidade Gerencial, entre outras espécies derivadas. Na verdade, a essência da Contabilidade Financeira faz parte da genética inicial da Contabilidade Gerencial (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

Atualmente a base da contabilidade vem da sua perspectiva financeira, passando ainda pela contabilidade gerencial que auxilia na tomada de decisão dentro das entidades.

A contabilidade financeira da origem, ainda, às Demonstrações Contábeis que são utilizadas pelos usuários externos com a finalidade de reduzir essa assimetria informacional, conforme explicito na estrutura conceitual dos pronunciamentos contábeis, em seu parágrafo 1.2: “O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.”

A tomada de decisão pressupõe, entre outros aspectos, um dos princípios

fundamentais que norteiam a contabilidade, o princípio da Comparabilidade. Para que a informação seja útil às partes interessadas é necessário que elas sejam comparáveis entre entidades semelhantes e ao longo do tempo. Para tanto, é preciso que exista um padrão consistente na elaboração dessas informações ao longo do tempo e parâmetros amplamente adotados.

Em seu parágrafo 2.24 a Estrutura Conceitual Básica CPC00 emitida pelo CPC 00 -R2 (2019) afirma que

As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade [...] informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data (CPC00-R2, 2019).

Ainda de acordo com o CPC00-R2 (2019), em seu parágrafo 2.26 complementa: “Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.”

Com a globalização surge um desafio aos elaboradores de informação financeira para atender a este princípio contábil, haja vista que os padrões inicialmente adotados de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP - *Generally Accepted Accounting Principles*) divergem entre países, dada a desigual forma de evolução social, comercial e econômica. Sendo a contabilidade pensada a partir do contexto social, este fenômeno divergente evoluiu naturalmente.

O marco fundamental no Brasil sobre evolução de padrões contábeis a serem amplamente adotados foi a criação do CPC, em 2005 através da emissão da Resolução 1.055/05. Este órgão tem, desde sua origem, o seguinte objetivo, conforme descrito no artigo 3º da Resolução supracitada:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção,

-11

levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2005).

Os padrões internacionais destacados como base normativa dentre os objetivos do então criado comitê são as Normas Internacionais de Padrão de Relatório Financeiro – IFRS (*International Financial Reporting Standard*), hoje adotadas pela maioria dos países ao redor do mundo.

Como padrão de relatório financeiro, implicando desde a mensuração, reconhecimento até a divulgação de informação contábil financeira, sendo base originária da contabilidade gerencial, o padrão de relatório financeiro adotado no país tem impacto direto sobre as informações recebidas por todos os usuários da informação contábil, sejam eles internos ou externos. Dessa forma, é imprescindível que exista um nível razoável de compreensão sobre esses padrões para aqueles interessados.

### **Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)**

As IFRS são normas emitidas pelo órgão denominado IASB (*International Accounting Standard Board*), entidade estabelecida em 2000 e precedida pelo IASC (*International Accounting Standards Committee*), fundado em 1973. A fundação do IASC contou com a participação de países relevantes no cenário econômico global como Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão e Reino Unido.

A adoção de normas convergentes às IFRS hoje é difundida na Europa e em países como China, Hong Kong, Brasil e África do Sul, sendo utilizada na maioria dos países do mundo e se colocando como motor fundamental na resolução dos desafios rumo à promoção da comparabilidade em um cenário globalizado, ainda que desafios nesse sentido persistam, são continuamente mitigados. Para Antunes; Antunes; Penteado (2007, p. 4) verifica-se que,

Em 2005, as normas contábeis internacionais foram adotadas por 92 países. Em especial, todas as empresas listadas em bolsas de valores dos 25 países-membros da União Europeia foram obrigadas a elaborar suas demonstrações financeiras em IFRS. No Brasil, os órgãos reguladores envidam esforços de diferentes maneiras no sentido de

encorajar e facilitar a implantação do IFRS pelas empresas brasileiras de capital aberto. Todavia, um dos problemas que retarda esse processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais decorre do fato de que as práticas contábeis aplicáveis às companhias abertas brasileiras estão definidas na Lei 6404/76.

De um modo geral, no Brasil a aplicação do IFRS possui uma abordagem nas informações financeiras. Assim, conforme Alves; Florence (2010, p. 8) é possível verificar que:

O foco principal do IFRS é nas informações financeiras consolidadas, do desempenho da entidade econômica, composta da controladora e das suas subsidiárias. Há certa contradição entre as normas aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e as normas a serem utilizadas para o cálculo da base para o pagamento de dividendos ou impostos (demonstrações financeiras individuais).

As empresas brasileiras são obrigadas a aplicar certas políticas contábeis embora o IFRS permita outras opções (por exemplo, a reavaliação é proibida no Brasil) e a incluir informações adicionais não requeridas pelo IFRS (por exemplo, a demonstração de valor agregado). Essa forma prescritiva de aplicar IFRS não impede a aplicação integral de IFRS.

Assim, de um modo em geral, verifica-se que para as empresas que iniciaram a aplicação das IFRS foi necessário a adoção dos seguintes princípios: Preparar um balanço de abertura em IFRS na data de transição; adotar políticas contábeis de forma consistente; selecionar as isenções disponíveis e adotar as isenções obrigatórias; e, preparar as divulgações necessárias para a transição para o IFRS (ANTUNES; PENTEADO, 2007).

Assim, inicialmente é importante destacar pontos relacionados à convergência contábil no Brasil, conforme a seguir.

### **Convergência Contábil no Brasil**

No Brasil a Internacionalização da contabilidade se tornou obrigatória apenas a partir de 2010, através da Lei de nº 11.638/2007 que altera e revoga

dispositivos da Lei de nº 6.404/1976 e da Lei de nº 6.385/1976, cujo objetivo é harmonizar as demonstrações contábeis do Brasil com as demonstrações contábeis internacionais. tendo início ao processo de adaptação em 2008 [A2]. Para Santos; Ponte; Mapurunga (2014), essa mudança teve o objetivo de “incrementar a qualidade contábil” das organizações brasileiras e gerar mais transparência. Trazendo diversos benefícios para as organizações Brasileiras, como por exemplo, atrair investidores estrangeiros, que em virtude da internacionalização da contabilidade conseguem compreender nossas demonstrações.

A Lei 11.941/09 foi estabelecida para trazer melhorias na qualidade da informação contábil brasileira e aproximar aos padrões internacionais, incrementando a redação de alguns artigos da Lei de nº 11.638/2007. (HEISSLER; VENDRUSCULO; SALLABERRY, 2018).

Um dos benefícios do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em reeditar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), foi a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis das empresas brasileiras com as organizações estrangeiras. (HEISSLER; VENDRUSCULO; SALLABERRY, 2018, . pg. 5. 3º parágrafo).

Ademais, Lourenço et al. (2016) outro fato determinante no processo de convergência das normas contábeis brasileiras para o padrão internacional se deu em janeiro de 2010. Oliveira e Lemos (p. 159, 2010) afirmam que “o processo de convergência, no Brasil, culminou na assinatura do Memorando de Entendimentos entre o CFC, o CPC e o IASB, em 28 de janeiro de 2010, e, de acordo com o CPC (2010), constitui-se em um importante marco na inserção do Brasil no diálogo internacional sobre a elaboração e a adoção das IFRS”.

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) é um comitê criado para facilitar uma sistematização de regras contábeis que surgiu no Brasil através da Resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1.055/05 em 07 de outubro de 2005, que possui entre seus objetivos a redução de riscos nos investimentos internacionais, maior facilidade de comunicação internacional e a

redução de custos do capital que deriva dessa harmonização.

A implementação dos pronunciamentos aconteceu em duas etapas sendo a primeira, a partir de 2008, com os pronunciamentos 01 até 14 e a segunda, a partir de 2010, com os pronunciamentos 15 em diante (LIMA, 2010).

Antunes; Penteado (2007) apontam que os principais procedimentos para a implantação pela primeira vez dos IFRS em empresas brasileiras foram: Identificar as primeiras demonstrações financeiras elaboradas em IFRS; elaborar um balanço de abertura de acordo com as IFRS na data de transição; seguir políticas contábeis consistentes; escolher as isenções disponíveis e adotar as isenções obrigatórias; elaborar as divulgações para a transição para as IFRS.

Segundo Antunes et al (2012) Isso trouxe implicações relevantes para a qualidade da informação contábil para o profissional da contabilidade, para outros profissionais que utilizam essa informação (como os economistas), para investidores e analistas do mercado financeiro e para outros interessados.

Sobre estes pronunciamentos e normas legais é de extrema importância fazer uma analogia com os estudos já realizados, especialmente de sua implicação prática, conforme poder ser mais bem visto a seguir.

### **Estudos Anteriores**

Na pesquisa de Araújo *et al.* (2020) sobre a percepção dos discentes de ciências contábeis e sobre a aplicação das normas internacionais no ensino verificou-se o baixo nível de conhecimento dos discentes sobre as normas internacionais de contabilidade.

Em outro estudo, os resultados obtidos na pesquisa sobre a percepção dos estudantes e egressos de ciências contábeis sobre a adesão das empresas brasileiras às IFRS de Noll; Mazzioni; Dal Magro (2018) evidenciou também que os respectivos estudantes e egressos não estavam preparados para a utilização do padrão IFRS.



## Metodologia de Pesquisa

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, sendo de revisão bibliográfica narrativa (CAMAYD e FREIRE, 2020). O modelo do questionário realizado é misto, empregando questões de múltipla escolha e dicotômicas. Para as questões de múltipla escolha, escalas distintas foram empregadas com o intuito de melhor responder às perguntas feitas. A amostragem dos grupos será feita pela combinação dos métodos amostrais estratificado e aleatório simples, separando os respondentes nos seguintes estratos: universidade, período e sexo. A aleatoriedade será introduzida ao atribuir a cada participante de cada estrato um número e selecionar os respondentes atrelados a valores múltiplos de um número arbitrário (VARGAS, 2013).

O desenvolvimento de um questionário científico é uma "arte imperfeita" devido a não haver um método exato que garanta que sua pergunta científica seja respondida com boa qualidade (VARGAS, 2013, *apud* AAKER, 2001). Dessa forma, Aaker *et al.* (2001) dividiu o desenvolvimento de um questionário científico em 5 etapas, subdivididas em diversos passos, consistindo de, em ordem, (1) definir a pergunta científica e o como esse assunto será abordado pelo questionário, (2) definir, para cada assunto, o como os questionamentos serão feitos ao respondente, (3) redigir as questões de forma efetiva, buscando clareza na compreensão e evitando ambiguidades, (4) separar as questões de subtópicos iguais em itens isolados e (5) realizar um pré-teste do questionário, com o intuito de identificar erros emergentes e corrigi-los.

Para avaliar o quão bem direcionado o questionário estava para responder à pergunta científica feita, foi obtido o valor de alpha de Cronbach ( $\alpha = 0,3189$ ). O valor obtido é considerado baixo e insuficiente para retirar quaisquer conclusões com relação ao questionário aplicado.

## Resultados e Discussões

No questionário aplicado, as primeiras 6 perguntas tiveram a intenção de

categorizar o respondente, fazendo-o informar seu nome, a instituição de ensino à qual frequenta, o curso que ele realiza, o período que está cursando e o período que teve contato com disciplinas que ensinassem sobre a IFRS. As 6 questões seguintes buscaram averiguar a percepção dos discentes das IES respondentes a respeito da forma de como é o ensino da IFRS nos seus cursos de graduação. O perfil de respondentes é demonstrado na Tabela [X1], referente às primeiras 6 questões do questionário, e será discutido a seguir:

**Tabela X1** – Alunos respondentes categorizados por universidade à qual frequentam e sexo.

Universidades	Número de respondentes		
	Masculino	Feminino	Total
CESEP	14	19	33
IFSULDEMINAS	2	3	5
UDESC	2	8	10
UEMG	1	1	2
UNOESC	2	6	8
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>37</b>	<b>58</b>

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Como é possível verificar, o número total de respondentes foi de 58, sendo 63,79% do sexo feminino e 36,21% do sexo masculino. Desses 58 respondentes, 94,83% pertenciam ao curso de ciências contábeis, correspondendo aos respondentes das instituições de ensino: CESEP, UDESC, UEMG e UNOESC, enquanto 5,17% deles, respondentes da instituição IFSULDEMINAS, pertenciam ao curso de administração com disciplinas de contabilidade. A instituição de ensino com maior número de respondentes (33) foi a CESEP, representando mais de 56,90% dos respondentes totais, onde 19 respondentes (57,58%) eram do sexo feminino, enquanto os outros 42,42% representavam aos 14 respondentes masculinos.

Referente à segunda metade do questionário, cada questão será discutida



individualmente, a começar pela questão 7, descrita na Tabela [X2] a seguir:

**Tabela X2** – Respostas obtidas para a questão nº 7 do questionário.

**A adequação das Contabilidade brasileira às normas internacionais é apresentada com que destaque?**

Resposta	Número de Respostas
Aprofundado	17
Superficial	27
Desconhece o tema	14

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O questionamento realizado foi: "A adequação das Contabilidade brasileira às normas internacionais é apresentada com que destaque?". Como é possível verificar, não houve uniformidade na resposta, indicando que na percepção de 29% dos respondentes o ensino do IFRS é proposto de modo aprofundado, e, que para os demais 71% dos discentes entrevistados, o conteúdo destas normas são propostos superficialmente ou não são percebidos pelos alunos. A tabela referente à pergunta 8 (Tabela X3) será demonstrada e discutida a seguir.

**Tabela X3** – Respostas referentes à questão de nº 8 do questionário.

**Na sua percepção, a adoção das normas internacionais representou progresso para a Contabilidade brasileira?**

Resposta	Número de Respostas
Concordo totalmente	53
Sem efeito	5
Discordo totalmente	0

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

A pergunta realizada foi: "Na sua percepção, a adoção das normas internacionais representa progresso para a Contabilidade brasileira?". Como pode ser observado, a maioria dos respondentes (53) acreditam que a adoção da IFRS foi benéfica para a contabilidade brasileira, enquanto a minoria dos

respondentes (5) acredita que a adoção da IFRS não trouxe mudanças significativas às normas de contabilidade brasileiras. Nenhum respondente acredita que a adoção da IFRS levou a uma piora nas normas de contabilidade brasileiras.

Referente à 9ª questão, seus resultados serão apresentados na Tabela [X4] e discutidos a seguir:

Tabela X4 – Respostas referentes à questão nº 9 do questionário.

<b>A forma atual é contrastada com a anterior?</b>	
<b>Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>
Sim	43
Não	15

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

A pergunta em questão foi: "A forma atual é contrastada com a anterior?". É possível observar que existe forte crença que há diferenças entre as normas de contabilidade brasileiras, prévias à adoção do IFRS, e as normas de contabilidade brasileiras após a adoção do IFRS, porém, 25,86% dos respondentes (15) acreditam que a adoção da IFRS nas normas brasileiras de contabilidade não resultou em diferenças significativas.

A Tabela [X5] referente à questão 10 e a discussão dos seus resultados estão dispostas a seguir:

Tabela X5 – Respostas referentes à questão nº 10 do questionário.

**Os professores mostram-se aptos ao ensino do IFRS?**

<b>Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>
Totalmente	23
Parcialmente	24
Não é possível inferir	11

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O questionamento indagado na questão 10 foi o seguinte: "Os professores



mostram-se aptos ao ensino do IFRS?". As respostas obtidas indicam que não há consenso com relação à capacitação dos tutores, visto que 23 alunos acreditam que os docentes estejam plenamente capacitados para o ensino do IFRS, 24 alunos acreditam que ainda haja espaço para capacitação adicional e 11 acreditam que não seja possível inferir se os docentes são versados no assunto suficiente ou não.

Com relação à questão 11, a tabela referente a ela (Tabela X6) e a discussão dos resultados será disposta a seguir:

**Tabela X6** – Respostas referentes à questão nº 11 do questionário.

**Em sua vida profissional presente ou futura, este conteúdo é entendido como relevante?**

Resposta	Número de Respostas
Concordo totalmente	44
Indiferente	13
Discordo totalmente	1

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

A questão realizada aos respondentes foi a seguinte: "Em sua vida profissional presente ou futura, este conteúdo é entendido como relevante?". Ao se observarem as respostas é possível verificar uma tendência nas respostas, demonstrado pelos 44 respondentes como a concordância sobre a importância do conhecimento do IFRS em suas vidas profissionais. Do restante dos respondentes, 13 acreditam que o aprendizado do IFRS não trará impacto significativo em suas carreiras, enquanto um aluno acredita que o aprendizado do IFRS não terá impacto algum sobre sua vida profissional.

A última questão do formulário, a 12ª, será apresentada abaixo, em conjunto com a tabela referente aos seus resultados (Tabela X7) e a discussão dos resultados:

**Tabela X7** – Respostas obtidas para a questão nº 12 do questionário.

**Quais os maiores desafios na assimilação deste conteúdo?**



Resposta	Número de Respostas
Aplicação em casos concretos	26
Interpretação dos textos	15
Verificação na atividade profissional	17

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O questionamento realizado aos respondentes foi o seguinte: "Quais os maiores desafios na assimilação deste conteúdo?". Como em questões anteriores, a subjetividade da questão levou a heterogeneização das respostas, com 26 alunos afirmando que o maior desafio para a assimilação do IFRS é a aplicação em casos concretos, 17 afirmando que a maior dificuldade em assimilação foi a verificação na atividade profissional, enquanto os 15 restantes acreditam que a interpretação dos textos é a parte mais complexa para o aprendizado das IFRS.

### Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo uma compreensão sobre como a convergência das normas internacionais tem sido tratada nas instituições de ensino superior brasileiras, a partir de uma percepção regionalizada por meio de pesquisa realizada nas localidades em que residem e atuam seus autores. Embora parcialmente comprometido por conta do baixo coeficiente acima apresentado, o que foi tracionado pelo baixo número de participantes, ao buscar compreender o que foi possível perceber sobre o assunto estudado é que se propõe as considerações seguintes.

Com as respostas obtidas por meio do questionário aplicado, houve prevalência do público feminino entre os entrevistados, para os quais, em considerável maioria, a convergência brasileira às normas internacionais é tratada superficialmente ou sequer tratada, o que é alarmante, uma vez que, para a quase totalidade, o assunto é entendido como um avanço para a técnica contábil nacional, havendo a contradição de um predomínio para os que

-21

relatam ter havido um contraste das normas atuais com as anteriores, contraste por conta de terem alegado não terem conhecimento do assunto, mas que o mesmo foi confrontado com as práticas anteriores, o que pode demonstrar incompreensão do próprio questionário, o que se pode explorar com mais cuidado em uma ocasião futura, estando presente o mesmo antagonismo quando, na percepção da maioria, os professores estão preparados, ainda que parcialmente ao ensino, o que também se mostra incompreensível quando o que se concatena é a apresentação da disciplina e o preparo dos docentes, mas embora com todos estes problemas, nota-se existir o entendimento quase unânime sobre a importância da convergência às normas internacionais assim como a preocupação com sua assimilação por parte do corpo discente.

Finalmente, o estudo mostrou haver uma insipiência no que diz respeito ao ensino da convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais, o que pode indicar um despreparo dos profissionais que estão se formando para o mercado de trabalho, onde as normas já vigoram há mais de uma década, sublinhando, ainda mais, a necessidade de que as instituições se atentem para estas insuficiências, de modo a saná-las e preparar seus egressos, adequadamente, para uma realidade inescusável.

## Referências

95% dos cursos de ciências contábeis avaliados pelo Enade 2018 são presenciais. **Notícias INEP**. Brasília, DF, 28 jan. 2020. Disponível em: [http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/95-dos-cursos-de-ciencias-contabeis-avaliados-pelo-enade-2018-sao-presenciais/21206](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/95-dos-cursos-de-ciencias-contabeis-avaliados-pelo-enade-2018-sao-presenciais/21206). Acesso em: 2 out. 2021.

ALVES, F.; FLORENCE, R. IFRS e CPC's - a nova contabilidade brasileira. PWC, p. 1-36, 2010.

ANTUNES, Jerônimo; ANTUNES, Guilherme MB; PENTEADO, Isis Malusá. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. **Seminários em Administração**, v. 10, 2007.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2007].

CAMAYD, Y. R.; FREIRE, E. E. E. Estratégias metodológica de investigação nas ciênciassociais. Conrado, **Cienfuegos**, v. 16, n. 77, p. 65-73, dic. 2020. Disponível em <[http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1990-86442020000600065&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-86442020000600065&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 12 de setembro de 2021. Epub 02-Dic-2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. [Resolução (2005)]. **Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**. Brasília, DF: Conselho Regional de Contabilidade,[2005]. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001055&arquivo=Res\\_1\\_055.doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055&arquivo=Res_1_055.doc). Acesso em: 30 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **70 anos de Contabilidade**. Brasília: CFC,2016. 109 p.

CPC. (2019). Pronunciamento técnico CPC 00 R2: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

DE SOUZA ARAÚJO, Reginaldo et al. Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre a aplicação das normas internacionais no ensino. Um estudo na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 11, n. 22, 2020.

HESSLER, Ismael; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; SALLABERRY, Jonatas. A evolução da contabilidade ao longo da história do Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade**, Santo Ângelo, v. 17, n. 34, p. 04-25, 2018.

LIMA, João Batista Nast de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009. 529 p.

NOLLI, Jessica Giovana; MAZZIONI, Sady; DAL MAGRO, Cristian Baú. Percepção de estudantes e egressos de ciências contábeis sobre a adesão das empresas brasileiras às IFRS. **Revista Ambiente Contábil**, v. 10, n. 2, p. 228-

247, 2018.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997. 98 p.

SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera Maria Rodrigues; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 25, n. 65, p. 161-176, 2014.

SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11., 2014, Fortaleza. **Gestão do Conhecimento para a sociedade**. Fortaleza, CE: Unifor, 2014. 16 p.

VARGAS, V. do C. C. **O uso de questionários em trabalhos científicos. 2013**. Disponível em:

<[http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino\\_2013\\_2/O\\_uso\\_de\\_questionarios\\_em\\_trabalhos\\_cient%EDficos.pdf](http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/O_uso_de_questionarios_em_trabalhos_cient%EDficos.pdf)>. Acessado em 12 de setembro de 2021.



